

A ESTRUTURA MILITAR NA DITADURA E SUAS INFLUÊNCIAS NO MARANHÃO.

Wilson Pinheiro Araújo Neto*

netinhobass@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Mediante vários questionamentos, tanto nas discussões em sala de aula no ensino médio ou até mesmo na Academia, surgem algumas perguntas pertinentes a Ditadura Civil Militar¹ implementada no Brasil através do golpe que destituiu João Goulart em Março de 1964: Quais foram as influências da ditadura na Sociedade Maranhense?

Segundo Tomas Skidmore a repressão foi bastante severa no Nordeste. Afinal, grandes nomes e líderes como Celso Furtado, Paulo Freire, o advogado Francisco Julião entre outros, representavam perigo ao projeto militar principalmente ameaçados por membros do Partido Comunista em Pernambuco, que posteriormente seria palco de grandes atos de repressão por parte dos militares. (SKIDMORE, 1988: 56-57). No Maranhão, não podemos afirmar a presença de grandes polos de resistência ou palcos de grandes atos de repressão. No entanto, tínhamos em São Luís a sede do Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS, vinculado à Secretaria de Segurança do Estado do Maranhão, onde eram arquivados os processos locais e nacionais, caracterizando uma grande organização através do Sistema Nacional de Informação (SNI).

Neste artigo temos como objetivo mapear alguns aspectos que julgamos primordiais para iniciar uma pesquisa acerca das influências da ditadura civil militar no Maranhão dentro de uma perspectiva nacional. Inicialmente, faremos uma exposição usando clássicos da historiografia referentes à estrutura militar como Alfred Stepan, José Murilo de Carvalho entre outros. Serão apropriados do corpo teórico elaborado por Antônio Gramsci, principalmente os conceitos de “batalha cultural” e o binômio coerção/consenso no contexto da “operação limpeza” desencadeada imediatamente após a deposição de Goulart. A partir

* Graduando do 7º período do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. Membro do NUPEHIC (Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea). Bolsista FAPEMA pelo Projeto de Organização, Indexação, Informatização e Publicização do acervo documental sobre História Contemporânea presente no Maranhão, sob coordenação da prof. Drª Monica Piccolo.

¹ Apropriação do termo construído por René Dreifuss que aponta a participação da sociedade civil como preponderante para a concretização do golpe militar. O artigo aqui apresentado, assim, compartilha dessa opção conceitual defendida por Dreifuss, em sua obra “1964: A Conquista do Estado” que enfatiza a participação dos civis, reunidos no complexo IPES/IBAD, não só na organização do golpe militar de 1964 como também na ossatura material do Estado que se configura a partir de então.

destes aspectos, procuraremos entender em determinados momentos o quanto os aspectos culturais do regime militar estiveram inteiramente conectados com a disputa de poder de diferentes grupos que lutavam pela hegemonia. Logo, o momento em que é apresentada uma estrutura ideológica e política, para Gramsci, tornam-se mais prováveis e sólidas as chances de se conquistar a hegemonia.²

Para dar originalidade a esta produção, trabalharemos com uma fonte primária do DOPS reunida no Arquivo Público do Estado do Maranhão. Foi realizado o trabalho de mapeamento e fotografia de documentos, dossiês, recortes de jornais, fichas de subversivos entre outros. Dentre as diversas documentações analisadas nos chamou a atenção um caso, ocorrido no Rio Grande do Sul em 1966, conhecido como “Caso das Mãos Amarradas”. Foi encontrado, no rio Guaíba, o corpo do ex-militar Manoel Raimundo Soares boiando com as mãos amarradas. No entanto, porque usar como objeto de análise tal documentação uma vez que a mesma não relata um caso específico no Maranhão? A resposta está naquilo que a historiografia recente já aponta: a existência de um sistema complexo e muito bem organizado contra aqueles que se opunham ao projeto militar. Assim, embora a documentação aqui analisada refira-se a um acontecimento ocorrido em Porto Alegre, o fato de constar na documentação arquivada pelos agentes do DOPS/MA, revela o caráter nacional da rede de repressão, espionagem e informação montada pela ditadura civil militar.

HISTORIOGRAFIA: A Estrutura Militar

As instituições militares no Brasil surgiram a partir de uma herança europeia que inicialmente, com o recrutamento de alguns civis, definia as relações das Forças Armadas com a sociedade. No entanto, após a Primeira República, ocorreram importantes intervenções políticas pelos militares, diferentemente do que apontado por José Murilo de Carvalho acerca do período entre 1831 a 1889.

Para início desta análise é importante destacar a citação que José Murilo de Carvalho faz de Erving Goffman que nomeia as Forças Armadas como instituições totais (Carvalho, 1939:13). Recebem este nome, portanto, pelo processo de envolvimento de seus membros. As

² COUTINHO, Carlos Nelson, Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

mudanças de personalidade e a construção de identidades mais fortes são características apontadas pelo autor como parte deste processo de apropriação da identidade militar.

Um aspecto mencionado tanto por José Murilo de Carvalho como por Alfred Stepan é a questão do efetivo das Forças Armadas como fator que determina a sua participação maciça na sociedade. José Murilo aponta que no início da República os efetivos de militares duplicaram e a proporção que a população do país cresceu 162% entre 1890 a 1930 os efetivos militares cresceram 220% (Carvalho,1939:30). Alfred Stepan vai além dos números e cita a tese clássica de Tocqueville: *“Apesar de todas as preocupações, um exercito numeroso em meio de um povo democrático sempre será uma fonte de grande perigo o meio mais eficaz de reduzir esse perigo seria reduzir o exército.”*(STEPAN,1975,p;21)

O pensamento de Tocqueville foi por muito tempo base de raciocínio para explicar a conquista de hegemonia dos militares em determinados países. No entanto, em sua obra³ Stepan aponta alguns exemplos de países em desenvolvimento tanto da América como os outros subdesenvolvidos, em que o tamanho do exército não necessariamente determina a atuação das Forças Armadas no campo político de um país.

Na África, a república do Togo foi um dos primeiros países em que ocorreu um golpe militar com o menor contingente de militares (200 homens). Stepan destaca que o fato de um sistema político global ser fraco e não apresentar um projeto legítimo de governo, os militares, não importando o tamanho do seu efetivo, serão capazes de derrubar o governo. No caso brasileiro, Stepan aponta que desde a independência, o Brasil foi o único país da América latina que não possuiu um governo militar justamente pelo fato de a Monarquia apresentar um modelo legítimo de governo aceito pelas classes hegemônicas. Stepan ressalta, portanto, que as fragilidades políticas são muito mais preponderantes para explicar o golpe do que necessariamente o efetivo das forças armadas (Stepan, 1975: 25). Neste sentido, esta crise de autoridade da classe hegemônica no Brasil pós-golpe de 64, conceitua aquilo que Gramsci chamou de crise de hegemonia que consiste na crise do Estado e do seu conjunto.

Na historiografia, outro aspecto nos chama a atenção é o conceito de militarismo e de que forma está atrelado às intervenções militares no contexto político social do Brasil. Para Eliézer de Oliveira (1975) a intervenção consiste na participação de setores militares (ou

³ STEPAN, Alfred. **Os militares na política**: as mudanças de padrões na vida Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Artenova S.A 1975.

Forças Armadas) na gerência econômica e política do Estado, atividade que, até então, estaria ligada aos políticos civis. Os militares, portanto, como também aponta Stepan, deveriam atuar como “modelo moderador” da relação entre civis e militares propondo apenas uma instituição capaz de conter as tensões e controlar possíveis mobilizações políticas de grupos emergentes que buscam a hegemonia. Não devem, no entanto, ter a autoridade para uma intervenção política.

Para Eliézer, as Forças Armadas, a partir de uma ação política e da difusão ideológica levada por influência da Escola Superior de Guerra (ESG), intervêm no processo político em 1964 em função do acirramento da luta de classes, juntamente com as debilitações das relações econômicas e políticas em nível de relações comerciais externas, configurando, portanto, uma crise do Estado brasileiro cuja intervenção se deu pela contestação da própria dominação burguesa que se mostrara incapaz de preservar as relações fundamentais do sistema capitalista. Stepan não se distancia desta análise afirmando:

Um aspecto central do poder moderador é que ele mantém as regras gerais do jogo político. Mas, quando estas regras são elas mesmas amplamente questionadas por muitos protagonistas políticos, o papel do poder moderador ou árbitro torna-se menos importante ou praticável. Se, por exemplo, os políticos acreditam que o regime é inoperante, torna-se muito mais difícil resolver a questão de quem deveria receber o poder político depois da deposição do presidente. Abre-se claramente o caminho para os militares assumirem um novo papel político na sociedade: o de dirigente ao invés de moderador do sistema político. Se os próprios militares acham que deve ser adotado um novo conjunto de medidas, seu papel pode mudar de mantenedor para transformador do sistema. (STEPAN, 1975:101)

Neste sentido, a instituição responsável por manter a sociedade civil no poder, funcionando apenas como regulamentador das tensões alcança a hegemonia pela falta de legitimidade e fragilidade da classe, que antes era hegemônica, de assumir e se fazer consolidar com um projeto de governo que atendesse as necessidades da sociedade civil.

Esta fragilidade apontada pelos autores acima foi reafirmada por José Murilo de Carvalho quando este faz a seguinte pergunta: Como foi possível uma vitória tão fácil? (Carvalho, 2006: 118). Skidmore afirma que era esperada, por parte dos golpistas, uma resistência armada pelos depostos, que não se materializou. (SKIDMORE, 1988:55). Estaria, portanto, escancarada a falta de um projeto de governo daquela que até então era a classe dominante a ponto de não haver reação por parte dos civis contra o golpe?

OS MILITARES E A NOVA ORDEM SOCIAL

Os militares da “linha dura”⁴, sob o comando do então Presidente Artur da Costa e Silva, protagonizaram aqueles que podem ser considerados os momentos mais conturbados da História social do Brasil em relação à liberdade de expressão e valorização dos direitos humanos. A partir da implementação do AI-5 estavam estabelecidos os novos parâmetros para uma caracterização de uma ordem social. Os militares estavam mobilizados para protegerem-se dos movimentos de contestação que surgiram com grande efetividade a fim de questionar o regime e suas práticas.

Segundo Skidmore os militares, mesmo depois do golpe, divergiam com os moderados até acerca das instâncias que os atos de repressão por parte do governo deveriam ser praticados. (SKIDMORE,1988: 165) Embora os militares da linha dura aparentemente estivessem tentando atuar dentro da legalidade, os atos de repressão contra os subversivos continuavam. Carlos Fico⁵ apresenta alguns motivos que impulsionaram a instauração do mais famoso dos Atos Institucionais, como os inflamados discursos de Marcio Moreira Alves que defendiam a greve das mulheres dos militares contra seus maridos. Apresenta ainda a vontade primária que era fechar a Câmara dos Deputados realizando uma segunda edição da “Operação Limpeza”. No entanto, muito mais do que dissolver a Câmara dos Deputados (fato que o presidente anterior, Castelo Branco, já havia feito) um dos grandes trunfos do AI-5 foi a possibilidade de cassação de mandatos de alguns políticos, o confisco de bens daqueles que enriqueceram ilicitamente e a redução do poder do *habeas corpus*. Ainda como inovação e peculiaridade do AI-5, temos a não demarcação do tempo em que perduraria o ato institucional. Diferentemente dos outros que tinham “data pra terminar”, o AI-5, por sua vez, não tinha prazo de validade.

Nesse contexto de constantes mudanças por partes dos militares, houve uma ampla reordenação dos órgãos governamentais e de seus instrumentos de atuação. Os IPM's

⁴ Termo usado aos militares que mantinham uma postura mais radical durante a ditadura civil militar defendendo a permanência dos militares no poder e o fechamento dos canais de participação política e cidadania através dos Atos Institucionais.

⁵ FICO, Carlos, Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; Delgado, Lícilia (orgs) O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins de século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p167-2005.

(Inquéritos Policiais Militares), por exemplo, eram vítimas do discurso da ineficiência e de que a “Revolução” não estava sendo concretizada devido à demora em julgar os processos; a “Comissão Geral do IPM” era inicialmente de responsabilidade dos policiais civis. Depois do AI-5, entretanto, foi editado um novo *código de processo penal militar* em que todas as delegações e responsabilidades foram passadas aos militares, sob o discurso da eficiência e da rapidez. O fato é que os “linhas-duras” organizaram um forte aparelho repressivo muito bem estruturado apoiado no discurso de incapacidade de atuação dos civis.

Segundo Carlos Nelson Coutinho⁶, este processo de revolucionário, além de ser feito em longo prazo, é realizado somente pela classe que se encontra no poder e que lidera a constituição. As modificações sociais para Gramsci só serão possíveis precedidas de um projeto cultural bem articulado. Para Gramsci, a cultura seria um meio privilegiado para romper com o individualismo e despertar nos homens uma consciência universal⁷. Esta base cultural, além de gerar uma consciência de valor da sociedade humana (pressuposto ético do socialismo), seria ainda uma sólida construção de base do socialismo antes da tomada do poder. Neste sentido, percebemos a presença de um projeto cultural por parte dos militares (no contexto gramsciano seria a Sociedade Política⁸) que se articulava com a criação de órgãos, a exemplo da Aerp (Assessoria Especial de Relações Públicas) que foi responsável por montar todo um aparato de propaganda para sustentar os ideais de o projeto militar.

O CASO “MÃOS AMARRADAS”: do Rio Grande do Sul ao Maranhão

No Maranhão, a sede do Dops estava localizada exatamente na Secretaria de Segurança Pública no Estado, como já citamos acima. Não sabemos ao certo quando a documentação do “*Caso Mãos Amarradas*” deu entrada na Secretaria de Segurança. No entanto, em 1991, esta documentação chegou a Arquivo Público do Maranhão através do

⁶ COUTINHO, Carlos Nelson, Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989 p.9.

⁷ COUTINHO, Carlos Nelson, Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989 p.9.

⁸ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Projeto “Memórias Reveladas” que foi criado com a intenção de sistematizar e por a disposição do público, acervos documentais referentes a Ditadura civil militar no Brasil.

Durante as pesquisas no Arquivo Público do Estado do Maranhão nos deparamos com a documentação de um caso ocorrido em outro canto do país. O caso “Mãos Amarradas” ocorreu no Rio Grande do Sul. Tratava da morte de um dos líderes do “movimento legalista”, Manoel Raimundo Soares, que apoiava a restituição do Governo João Goulart que fora deposto pelos militares. O Sargento foi preso no Rio Grande do Sul em 1966. O caso ficou conhecido nacionalmente pela característica de sua brutalidade. O corpo foi encontrado com as mãos amarradas no Rio Guaíba no dia 24 de agosto⁹.

A documentação trata basicamente da solicitação da reabertura das investigações do caso “Mãos Amarradas” pelo reformado militar da Aeronáutica, Mário Ranciaro, que acusava militares do III Exército pela morte do sargento Manoel Soares e ainda pelo assassinato de Hugo Kretschmer que teria sido o autor do crime. No recorte do *Jornal Folha da Tarde*, de quatro de janeiro de 1980 (figura 1) foi publicada a solicitação de abertura do processo contra os militares acusados do crime. É importante destacar que neste momento o AI-5 já fora extinto¹⁰, o que possibilitou a reabertura do processo sem a intervenção dos militares no julgamento dos possíveis culpados¹¹. Mesmo com a Lei da Anistia decretada pelo governo Figueiredo em 1979, não seriam isentos de investigações.

Em outra documentação, temos um ex-deputado destacando que a reabertura da investigação do caso “Mãos Amarradas” seria de grande importância para a moral do país, (figura 2) destacando a dificuldade de investigar a própria polícia.

Essa resistência da política em investigar a polícia não é surpresa quando eles estão envolvidos. Basta recordar o recente caso do sequestro dos uruguaios Lilian Celibert e Universindo Dias, até hoje não solucionados. (Ex-deputado do MDB Airton Basnarque, Jornal do Brasil 15/01/80)

⁹Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/o-caso-das-maos-amarradas-prisao-e-morte-de-um-sargento-nacionalista/> ; Jornal O estado de São Paulo, 12, outubro de 1979, série: Avulsos, Pasta: 12, Cod: 07 Fl.125.APEM.

¹⁰ Emenda constitucional nº 11 que declara extintos os poderes discricionários estabelecidos pelo AI-5 e demais legislações repressivas no dia 13 de outubro de 1978 e extinto definitivamente no dia primeiro de janeiro.

¹¹ FICO, Carlos. Como eles agiam. Rio de Janeiro: Record, 2001:251

Foram encontrados ainda registro das reações dos militares no intuito de reverter o quadro das investigações a seu favor. O tenente Ranciaro seria submetido a um exame de sanidade mental pela Junta Médica Superior da Aeronáutica. O advogado do tenente, no entanto, entrou com um recurso para evitar os exames. (figura 3)

Diante do exposto podemos destacar um aspecto importante na Ditadura Civil Militar brasileira: as subdivisões entre os próprios militares que, por sua vez, não se limitaram somente ao início do regime (linhas duras/ moderados), mas estenderam-se até o período após o cancelamento do AI-5. O fato é que os militares não eram homogêneos. Havia disputas endógenas e projetos que estavam em disputa pelo controle da ossatura material do Estado. A morte do sargento Manoel Soares, assim, pode ser considerada como um reflexo de tais disputas. O assassinato do sargento Manoel pode ser lido como uma derrota da fração dominada pela fração dominante da classe dominante. No caso específico, a derrota de um determinado projeto de defesa da legalidade e do poder constituído pelo então presidente, democraticamente eleito, João Goulart.

Em uma perspectiva gramsciana, nos primeiros momentos do golpe, predomina a repressão como instrumento garantidor do exercício do poder por aqueles que controlavam o Estado Restrito: os militares. A “Operação Limpeza” foi, portanto, um reflexo do predomínio da repressão na Ditadura Civil Militar. Ao longo do tempo, na proporção que os níveis de repressão diminuem, inicia-se o movimento de tentativa de construção do consenso, exemplificado, por exemplo, pela participação da AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas) que foi encarregada de organizar um novo projeto de divulgação dos ideais militares. Segundo Carlos Fico, os jargões do “desenvolvimento”, “mobilização da juventude”, “fortalecimento do caráter nacional”, “amor a pátria” entre outros¹², foram criados na tentativa de disseminação das novas estratégias do governo de legitimar seus projetos, um quadro bem diferente do início da ditadura como o exemplo do “ame ou deixe-o”.

Segundo Gramsci, um determinado grupo conquista a hegemonia através de dois pilares: um de coação ou dominação e o outro através do direcionamento intelectual ou

¹²FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; Delgado, Lúcia (orgs) O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins de século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003,(p193-195).2005

consenso. Na ditadura civil militar brasileira não foi diferente. Quando presenciamos um determinado enfraquecimento da repressão como modo de coação, os militares partem para outro projeto: o consenso a fim de consolidar um determinado projeto da classe dominante¹³.

CONCLUSÃO

Quando citamos Gramsci, estabelecemos uma relação da cultura com a hegemonia, principalmente quando colocamos a disputas de projetos pela busca de hegemonia em que a batalha cultural é pensada como um projeto anterior à conquista do poder. No desfecho da história da ditadura civil militar, percebemos que os conceitos Gramscianos perpassam em vários momentos por parte dos militares, uma vez que, na luta pela conquista da ossatura material do estado, dispunham de um projeto cultural articulado que ultrapassava as fronteiras da repressão, que passando também pelas mãos dos empresários (intelectuais orgânicos¹⁴) que são capazes de organizar uma nova cultura sendo representante de uma elaboração social superior, sendo organizador da massa dos homens (Gramsci, 1982:3-4). A AERP foi um grande exemplo deste processo de disseminação do projeto militar paralelo à repressão.

Já em uma perspectiva ético-política, Gramsci sustenta a hipótese de que as relações entre política e cultura estão interligadas uma vez que o projeto político necessita de uma homogeneidade, uma concepção de mundo coerente (SCHLESENER, 1949:27), ou seja, as relações políticas no momento da conquista de hegemonia na ditadura civil militar perpassaram pelas questões culturais para que se tornassem políticas.

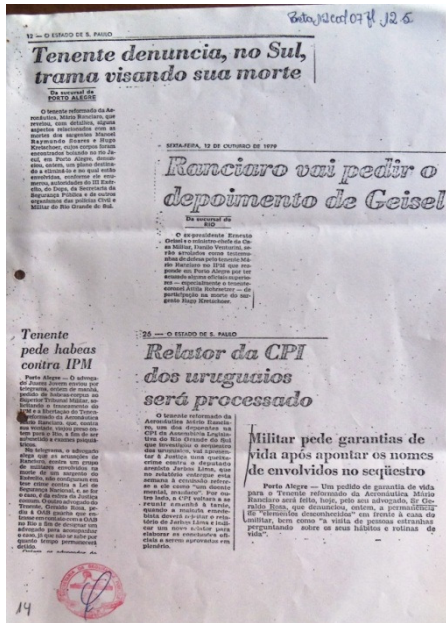
A documentação analisada para a produção deste artigo nos despertou o interesse para comprovar a eficiência do projeto de repressão proposto pelos militares aproximando esses fatos dentro de uma perspectiva gramsciana de abordagem. Um fato ocorrido no outro canto do país chega ao Maranhão podendo ser lido como reflexo da macro organização de punição a quem se opunha ao projeto militar. Foram, portanto, representações de uma “cadeia nacional” montada pelos instrumentos de repressão no Brasil.

¹³ GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

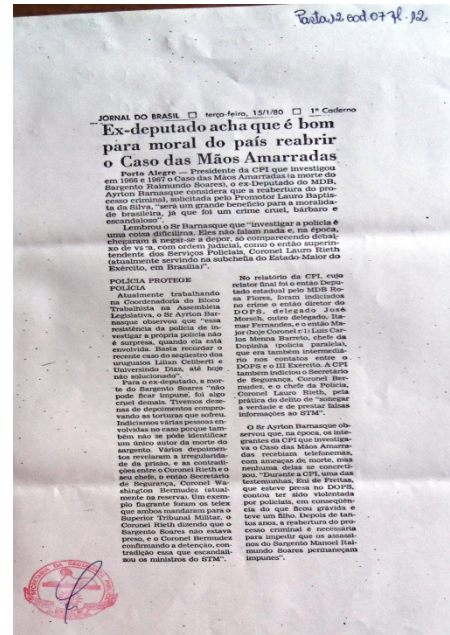
¹⁴ GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1993.

IMAGENS

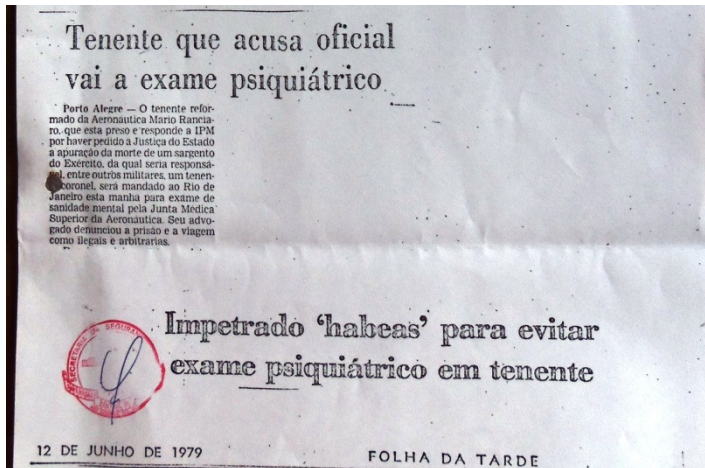
(figura 1)



(figura 2)



(figura 3)



*Figura 1. Jornal O Estado de São Paulo s/d , série: Avulsos, Pasta: 12, Cod: 07 Fl.125.APEM.

*Figura 2. Jornal do Brasil Jornal do Brasil 15/01/80 série: Avulsos, Pasta: 12, Cod: 07 Fl.125.APEM.

*Figura 3. Jornal folha da tarde, 12 junho de 1979, série: Avulsos, Pasta: 12, Cod: 07 Fl.124.APEM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. Documentação Arquivos DOPS/MA

Documentação Dops-Arquivo Publico do Estado do Maranhão Avulsos, Pasta: 12, Cod: 07 Fl.124

O Caso das Mãos Amarradas. Prisão e morte de um sargento nacionalista. Disponível em <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/o-caso-das-maos-amarradas-prisao-e-morte-de-um-sargento-nacionalista/>. Acessado em 19 de março de 2013.

II. Obras Gerais

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder, e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FICO Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record,2001

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; Delgado, Lícíla (orgs) **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins de século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p167-2005.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1993.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **As forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e Cultura: Gramsci (1949)** Ed. UFPR 2007.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida Brasileira**. São Paulo: Artenova , 1975.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL